



ATA DA XVI REUNIÃO ORDINÁRIA
28 de abril de 2010

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dez, no Auditório do Anexo do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-DF, foi realizada a XVI Reunião da Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. Pauta do dia: 1. 9h - Abertura, Aprovação da Ata da XV Plenária e da Pauta da XVI Plenária, Informes da Presidência. 2. 9h30 - Encaminhamentos quanto ao Projeto de lei da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes. 3. 10h30 - Debate sobre o fortalecimento do setor saúde na Segurança Alimentar e Nutricional . o papel da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, 3.1 Presidente do Conselho Nacional de Saúde - Francisco Batista Júnior, 3.2 Secretária-Executiva do Ministério da Saúde . Márcia Bassit (a confirmar), 3.3 Fala das Comissões Permanentes da Política e Sistema Nacional de SAN do CONSEA, 3.4 Debate e Encaminhamentos. Intervalo Almoço . 12:30 às 14:00. 4. 14h . Lançamento do Documentário .Alimento: Direito ou Mercadoria. 5. 14h30 - Discussão do Plano Safra da Agricultura Familiar em conjunto com o CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 5.1 Apresentação do Plano Safra - Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário . Daniel Maia e Secretário de Agricultura Familiar - Adoniran Peraci, 5.2 Debate e Encaminhamentos. 6. 16h30 - Continuação dos Informes da Presidência, da Mesa Diretiva, das Comissões Permanentes e dos Grupos de Trabalho do CONSEA. 7. 18h – Encerramento. Composição da 1ª Mesa: Renato Maluf, Presidente do CONSEA Nacional, Márcia Lopes, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Carmem Priscila Bocchi, Coordenadora da Secretaria Executiva do CONSEA Nacional e Rômulo Paes, Secretário Executivo do MDS. Renato Maluf deu início à Sessão, tratando o Ponto de pauta 1. 9h - Abertura, Aprovação da Ata da XV Plenária e da Pauta da XVI Plenária, Informes da Presidência, cumprimentando e dando boas-vindas aos presentes. A ata da XV Plenária foi aprovada por unanimidade. Contudo, em caso de alterações, estas seriam enviadas a posteriori à Secretária Executiva do CONSEA para inclusão ao texto. A pauta desta XVI Plenária foi apresentada e aprovada por unanimidade. Na sequência foi tratado o Ponto de pauta 2. 9h30 - Encaminhamentos quanto ao Projeto de Lei da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes - A Ministra cumprimentou os presentes e manifestou alegria por estar de volta ao CONSEA, agora como Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, integrando a equipe de Ministros do Presidente Lula, no sentido de bem cumprir



uma agenda construída coletivamente no sentido de implementar e consolidar as políticas de responsabilidade do MDS, dialogando com as demais políticas setoriais e transversais do Governo Federal, articulando com os Estados e Municípios Brasileiros e fortalecendo, assim, a democracia e o controle social. Esses são atos que a Ministra considera de fundamental importância para todos que têm o compromisso com o fortalecimento e a democracia do Estado. Informou que durante os dois anos que esteve ausente de Brasília atuou como professora e pesquisadora da Universidade Estadual de Londrina-Paraná, integrando o Núcleo de Gestão e Estudos em Pesquisas de Políticas Sociais. Assim, não se afastou dos debates das políticas públicas, e participou de conferências municipais afetas ao tema. A Ministra assumiu o compromisso de dar continuidade às ações e encaminhamentos do Ministério quando da gestão do então Ministro Patrus Ananias. Disse que assim que assumiu o Ministério se inteirou dos vários processos em andamento, e um deles, considerado como prioridade, é a construção do Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Parabenizou os diversos atores envolvidos no processo de construção pós-aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN. Mencionou os encaminhamentos dados pelas Câmaras Permanentes do CONSEA e fez uma retrospectiva dos trabalhos desenvolvidos por este Conselho e pela CAISAN ao PL da PNSAN. Na sequência, as Comissões se manifestaram: 1) Comissão Permanente 1 - Regulamentação e Institucionalização do Sisan / Comissão Permanente 3 - Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar Nutricional - Sílvia Rigon relatou o andamento dos trabalhos nas Comissões a cerca do Projeto de Lei da Política Nacional de SAN. Informou que houve a preocupação para que esse seja um processo bastante discutido e que tenha a participação da sociedade civil e que se consolide no sentido de se tornar uma política de Estado e não de Governo. A Conselheira considerou importante que o CONSEA defina as diretrizes e as prioridades da PNSAN e participe dos mecanismos de exigibilidade. Ela apresentou algumas sugestões de alteração ao texto. 2) Comissão Permanente 5 - SAN das Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais / Comissão Permanente 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas: Entregaram suas contribuições ao texto, por escrito. As demais Comissões não se manifestaram. A Plenária se manifestou sobre o tema. A Ministra Márcia Lopes se ausentou da Plenária para cumprir outras agendas de trabalhos. Passou a compor a Mesa o Secretário Rômulo Paes. Encaminhamentos: i) A Mesa Diretiva do CONSEA e a CAISAN consolidarão as contribuições apresentadas. Em caso de haver divergências das mesmas, estas voltarão à Plenária. ii) Mesa Diretiva e CAISAN dialogarão com o Gabinete da Presidência da República para decidir sobre qual instrumento será usado. iii) O mês de julho de 2010 foi definido como crucial para o estabelecimento de uma dinâmica de trabalho e discussão com Estados e Municípios a respeito do assunto posto. A 2ª Mesa foi composta por Renato Maluf, Carmem Priscila Bocchi; Francisco Batista Júnior, Presidente do Conselho Nacional de Saúde; Ana Beatriz, Secretária-Executiva do Ministério da Saúde e a Conselheira



do Consea, Silvia Rigon, para apreciação do Ponto de pauta 3. 10h30 - Debate sobre o fortalecimento do setor saúde na Segurança Alimentar e Nutricional - O papel da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, iniciando com o Item 3.3 Fala das Comissões Permanentes da Política e Sistema Nacional de SAN do CONSEA - Silvia Rigon fez a leitura da Minuta de Exposição de Motivos sobre a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, a ser encaminhada ao Presidente da República, com o objetivo de contribuir para a consolidação e aprimoramento dessa Política, agora, com dez anos de existência. Na sequência, passou-se ao Item 3.1 Presidente do Conselho Nacional de Saúde - Francisco Batista Júnior começou sua fala cumprimentando os presentes e dizendo da satisfação de o CNS estar participando desta reunião do CONSEA. Para Francisco Batista Júnior a mobilização e o processo de conscientização, formação e educação das pessoas é fundamental para o entendimento das políticas públicas. Esclareceu que o CNS não permite que as Leis do SUS - Sistema Único de Saúde sejam descumpridas, mas considera que há no Brasil uma cultura de desrespeito às legislações. A Constituição Brasileira, segundo ele, é quase perfeita. Contudo, na realidade os acontecimentos são quase totalmente inversos ao que está escrito, assim com acontece também com a legislação do SUS. Considerou, ainda, que segundo a Constituição, o sistema de saúde público deveria ser o principal, e o privado, atuar apenas quando o público não tiver provisoriamente condições de atender a população. Contudo, não é isso que acontece: a precarização dos trabalhos e da remuneração na área da saúde neste país são sem precedentes na História, segundo ele. Um dos grandes movimentos que o palestrante julga da mais alta relevância na perspectiva de começar a inverter essa cultura conservadora e contraproducente foi a 13ª Conferência Nacional de Saúde, que tratou da 'Saúde e Qualidade de Vida', realizada em 2007. Também foi realizada em 2009, a primeira grande caravana em defesa do SUS, debatendo com 24 Estados da Federação a necessidade de resgatar conceitualmente o tema da Saúde, no Brasil. Esse movimento resultou em uma agenda política do CNS, com oito pontos, que serão apresentados ao Presidente Lula. E ainda, que está sendo construída a 1ª Conferência Mundial para a Construção de Sistemas Universais de Seguridade Social, que deverá ser realizada em dezembro deste ano. Falou também que a PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios publicou, em sua última pesquisa, um aumento na expectativa e qualidade de vida dos brasileiros, aumento da inserção no sistema de saúde e ampliação dos serviços. Isso tudo graças a ações intersetoriais, e não necessariamente a ações de saúde específicas. O palestrante chamou atenção para a necessidade de se trabalhar com atenção primária de promoção à saúde, no Brasil, e disse que aqui tem o que há de mais moderno em tecnologia de saúde. Concluiu sua fala dizendo que o CNS tem debatido a necessidade da participação decisiva dos demais atores políticos nos temas da saúde. Item 3.2 Secretária-Executiva do Ministério da Saúde - Ana Beatriz iniciou sua fala elogiando a Exposição de Motivos apresentada e informou que estão sendo realizados Seminários Estaduais para discutir a Política Nacional de Alimentação e Nutrição –



PNAN. Esse processo tem tido uma grande capilaridade e participação dos CONSEAs Estaduais e representações municipais de SAN. Quanto ao Documento em pauta, a palestrante esclareceu que esse assunto passa pela discussão do financiamento do SUS: primeiro, enxergando a possibilidade de atuar corretamente nos determinantes da saúde, evitando doenças, com objetivos de alcançar a Segurança Alimentar e concretizar o direito humano. Pensando assim, é que o SUS defende a ampliação do financiamento, que segundo Ana Beatriz há condições para que isso aconteça. Com relação à promoção da alimentação adequada e saudável, ela considera que tem sido um caminho árduo, mas com alguns resultados a serem celebrados, como a Campanha da Hipertensão; e dentro do Ministério da Saúde o termo 'Alimentação Saudável' é ainda mais cunhado. Durante a Campanha, as questões referentes à transição alimentar foram bastante referidas; o MS e as entidades dos profissionais de saúde apresentaram propostas para que um Projeto de Lei fosse apresentado no sentido da redução do conteúdo de sódio nos alimentos e incluir rotulagem e mensagens sobre os alimentos. Concluiu sua fala, adiantando que a Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição tem ficado atenta para que os movimentos em prol dessas bandeiras da Segurança Alimentar caminhem dentro do SUS numa mesma direção. Item 3.4 Debate e Encaminhamentos: A Plenária se manifestou a cerca das falas dos palestrantes, e fez observações e sugestões ao Documento. Os palestrantes reagiram às falas da Plenária, e fizeram suas manifestações finais: 1) Francisco Batista Júnior esclareceu que sua fala foi mais no sentido da posição política, posto que considera que o Documento é consenso, apesar de achar que merece alguns aperfeiçoamentos. Mencionou alguns temas que são tratados pelo Conselho Nacional de Saúde, e propôs também o tema da Saúde, Alimentação e Nutrição e da saúde indígena na pauta das Conferências Temáticas do CNS. Por fim, demonstrou interesse em estreitamento das relações entre CONSEA e CNS. 2) Silvia Rigon considerou excelente a participação do CNS nesta reunião (posição compartilhada por todos), e que é um marco no sentido de um canal mais formal de atuação conjunta entre os dois Conselhos. Solicitou a Francisco Batista Júnior, quando da apresentação da agenda do CNS ao Presidente Lula, que também seja apresentado, entre os oito pontos da agenda, a Exposição de Motivos agora analisada. Manifestou-se quanto à posição da Plenária. Convidou o CNS e CONSEA a participarem do Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição. 3) Ana Beatriz considerou que este debate reforça toda a dimensão que tem a SAN, e que não deve se perder a oportunidade de integrar mais essa agenda com as Conferências e o Seminário Internacional de Determinantes Sociais da Saúde. Falou da importância da integração das agendas e da incorporação da segurança alimentar no SUS. Dessa discussão resultaram os seguintes encaminhamentos: i) A Exposição de Motivos foi aprovada, por unanimidade, considerando as incorporações feitas pela Plenária. A mesma será encaminhada ao Presidente da República, e também dirigida ao Conselho Nacional de Saúde, como um marco no diálogo entre CONSEA e CNS, aguardando que o CNS aprecie as proposições feitas no Documento, e se posicione caso julgue por



bem. Intervalo Almoço - 12:30 às 14:00. Na parte da tarde, os trabalhos continuaram com a apresentação do Ponto 4. 14h - Lançamento do Documentário - Alimento: Direito ou Mercadoria, solicitação feita por Ademar Bertucci, membro do Secretariado Nacional da Cáritas Brasileira e Coordenador do Programa de Economia Popular Solidária. O filme foi dirigido por Patrícia Antunes e produzido pelo Grupo Gestor do Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional em Acampamentos e Pré-Assentamentos da Reforma Agrária nos Estados da Bahia e Sergipe, abordando temas como reforma agrária, segurança alimentar e nutricional, convivência com os biomas, agricultura familiar e agroecológica, cultura e economia solidária. Composição da 3ª Mesa: Renato Maluf, Marcelo Botton Piccin, do MDS, Carlos Eduardo de Souza Leite, Conselheiro do Consea; Ministro em Exercício do Desenvolvimento Agrário, Daniel Maia e o Jean Marc Von der Weid e Marcilene Preisler, representantes do CONDRAF. Na sequência, passou-se ao Ponto 5. 14h30 - Discussão do Plano Safra da Agricultura Familiar em conjunto com o CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. 5.1 Apresentação do Plano Safra - Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário - Daniel Maia e Secretário de Agricultura Familiar - Adoniran Peraci. O primeiro a se manifestar foi Ministro Daniel Maia, que destacou a importância do CONDRAF e CONSEA na formulação dos Planos Safra desde 2003. Informou que um dos elementos que compõem o Plano Safra 2010-2011 são as pautas recebidas dos movimentos sociais. Informou que está previsto para 17 de junho de 2010 o anúncio, pelo Presidente da República, do Plano Safra, que acontecerá durante a Feira da Agricultura Familiar, em Brasília. Destacou a importância do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, posto que o mesmo tem articulação com o conjunto de atores do Governo e ações constituídas desde 2003. Mencionou vários programas instalados desde então. Fez uma análise sobre os Eixos considerados balizadores do Plano Safra, como: Crédito Agropecuário, Fundiário, Assistência Técnica, Comercialização e Gênero. Informou que o volume de recursos destinados ao Plano Safra da Agricultura Familiar, e já disponibilizado para o Plano Safra 2009-2010, é de R\$ 15 Bilhões de Reais. Destacou que uma das cobranças feitas sistematicamente pelo Presidente Lula é a simplificação do Pronaf. Quanto ao Crédito Fundiário, disse que hoje o teto é de R\$ 40 mil Reais, contudo, há uma demanda para que alcance até R\$ 100 mil Reais o limite geral no âmbito nacional. Declarou que está em vias de ser assinado o Decreto de Regulamentação da Lei 12.188, e que está sendo comercializada a ampliação dos recursos e dos limites pagos aos agricultores através do PAA, e outras ações implementadas através de comercializações, como PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar e SUASA - Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária. Informou que atualmente o PRONAF está presente em 5.393 municípios, com um número de contratos de 2,2 milhões/ano, e estão sendo criadas novas linhas para públicos especiais como mulheres, jovens, agroecologia, eco, e outras. O Ministro solicitou dos presentes manifestações a cerca de outros tópicos que julgarem necessário ao debate. Na continuidade deste tema, o Conselheiro Carlos Eduardo de Souza Leite,



que falou em nome do CONSEA, apresentou as proposições do CONSEA Nacional ao Plano Safra 2010/2011, segundo consolidação das Comissões Permanentes – CP 1/3, CP 2 e CP 4. O Documento destaca que, na perspectiva da SAN, uma das grandes potencialidades do Plano Safra deve ser o suporte para alguns elementos básicos que irão compor uma política nacional de abastecimento alimentar na perspectiva da garantia do direito humano à alimentação, envolvendo o financiamento da produção da agricultura familiar com assistência técnica adequada e garantia de mecanismos de comercialização. O Documento destacou pontos considerados importantes no que se refere ao Financiamento, ATER e Comercialização. Os relatores Carlos Eduardo de Souza Leite e Eduardo Amaral Borges sugeriram tratar o tema das sementes. Reforçou a proposta de continuidade do diálogo com a Criação de uma Comissão ou Grupo de Trabalho conjunto entre CONSEA e CONDRAF para acompanhar o processo de consolidação e monitoramento do Plano Safra. Solicitou ao MDA que faça a interlocução junto aos outros Ministérios das demandas que extrapolam suas atribuições. Ainda sobre essa pauta, manifestou-se, em nome do CONDRAF, o senhor Jean Marc Von der Weid, que começou falando de sua emoção por estar presente ao CONSEA, posto que já foi Conselheiro desta Casa. Em relação ao tema, esclareceu que o que será falado não é exatamente produto de uma discussão sobre o PRONAF no CONDRAF nesse momento, apesar de o tema ser ali recorrente ao longo do tempo. Considerou como instrumentos de política pública essenciais e mais importantes, pelo seu alcance, amplitude e impacto ao longo do Governo do Presidente Lula, o PRONAF e a Lei de ATER. O PRONAF, segundo ele, significou, do ponto de vista prático, a expansão do modelo sustentável do agronegócio pequeno, tendo como traço dominante a Agricultura Familiar e a Patronal, transformando o Brasil no maior consumidor do mundo de agrotóxicos, batendo os Estados Unidos e Europa, a partir do ano passado. O que o palestrante considera grave, pois isso corresponde a facilitar um processo não sustentável de desenvolvimento com limites claros, e entrando num processo de círculo vicioso de insustentabilidade, dependência e finalmente de sobreviver à custa de subsídios do Estado. O Brasil tem se esforçado em democratizar o acesso da Agricultura Familiar aos recursos do PRONAF, contudo não se tem conseguido fazer simultaneamente um processo de fortalecimento da transição para a agro-ecologia como elemento de sustentabilidade. E esse problema se deve a uma concepção errônea do Esverdeamento dos PRONAFs (PRONAF Agro-Ecologia Stricto Sensu, PRONAF Semi-Árido e PRONAF Floresta). Esses programas foram considerados, pelo palestrante, equívocos cometidos e de difícil execução. Dificuldades que, segundo ele, foram sendo vistas ao longo do tempo, e a partir de um certo momento começou-se a observá-las no próprio processo de diálogo em torno da elaboração dos Planos Safra, projetos do PRONAF e também dentro do CONDRAF. E por insegurança e vários outros fatores, o acesso de agricultores a Sistemas mais voltados para uma produção insustentável e convencional avançou; e outros agricultores que estavam já na agro-ecológica recuaram para sistemas convencionais. Questões que foram dirimidas depois por



ação da própria SAF - Secretaria da Agricultura Familiar e o do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Contudo, resultou disso um aumento da inadimplência, insegurança e dependência dos agricultores em relação a esses créditos. Jean Marc considera que o que se pode fazer para o futuro, tanto do ponto de vista conceitual, quanto do operacional dessa proposta de créditos para a transição agro-ecológica, é construir o autofinanciamento, reformulação de programas, simplificação das planilhas de acesso e discussão de subsídios. Considerou, para qualquer das modalidades do PRONAF, a necessidade de uma negociação pesada, com a direção dos Sistemas Financeiros, para se buscar alterar as normativas que eles têm e que continuam funcionando de acordo com as orientações da Embrapa. E que é preciso se ter uma política de sensibilização e até de formação dos gerentes de banco em nível local para eles consigam entender do que se está falando para se sentirem mais seguros nas negociações. Concluindo sua fala concordando com formação do Grupo de Trabalho anteriormente proposto. Passou a compor a Mesa o Secretario de Agricultura Familiar, Adoniram Sanches Peraci. 5.2 Debate: Seguiu-se ampla manifestação por parte da Plenária, fazendo observações às falas anteriores e ponderações ao texto apresentado do Plano Safra. O representante do Ministério do Meio Ambiente, Egon Krakhecke, homenageou o Dia Nacional da Caatinga, comemorado no dia 28 de abril. O Ministro Daniel Maia voltou a fazer uso da palavra. E em suas manifestações finais, destacou que uma das dificuldades de acessar e conhecer os instrumentos de crédito, no campo, se deve à falta de conhecimento dos mecanismos e ao analfabetismo e não necessariamente à falta de capacidade de acessá-los. Mencionou a necessidade de aperfeiçoamento dos processos de créditos e das políticas e a continuidade do debate entre CONSEA e CONDRAF sobre o tema. Sugeriu que fosse feita parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República, para que esta articule com os diversos Ministérios, no intuito de manter uma maior efetividade dos debates propostos no Documento apresentado. Após a fala do Ministro, que se ausentou da Sessão, a palavra voltou à Plenária, quando um dos Conselheiros propôs para, em outra oportunidade, o CONSEA tratar os fenômenos climáticos ocorridos no Nordeste. O Sr. João Carlos Sampaio Torrens, em nome do CONDRAF, convidou o CONSEA para estreitar relacionamentos com aquele Conselho no sentido de debater a implementação de uma política de desenvolvimento para o Brasil Rural. E anunciou que nos dias 17 e 18 de agosto deste ano será realizada uma reunião do CONDRAF, quando vários Conselhos que têm interface com o Brasil Rural serão convidados, dentre eles o CONSEA. Na sequência, o Secretario de Agricultura Familiar, Adoniram Sanches Peraci se manifestou dizendo, que no primeiro Plano Safra do Governo Lula, em 2003, debatia-se a ausência de instrumentos. E, hoje, o debate é mais na direção da valorização dos instrumentos que foram criados. Segundo ele, o rural brasileiro sempre reúne complexidades, e para se alcançar uma agricultura de baixo custo e saudável, o Brasil precisa entrar na pauta da extensão rural, do Pronaf Agro-Ecologia, baixando taxas de juros e ampliando prazos. Fez observações quanto à alimentação saudável nas escolas. Considerou que converter o sistema de produção



em agro-ecológico é uma articulação imensa, que passa por vários segmentos. E para se entrar numa discussão de agro-ecologia e sistemas de produção há a necessidade de uma inclusão no sistema financeiro, bancos públicos e cooperativas de crédito. Demonstrou esperança de que a combinação dos vários instrumentos alcance a sustentabilidade esperada no Brasil. E para ele, o Plano Safra tem que sair do conservadorismo agrícola. Como encaminhamento desse ponto de pauta foi definido a formação de um Grupo de Trabalho constituído por 2 membros do CONSEA (Carlos Eduardo de Souza Leite e Werner Fuchs) e 2 membros do CONDRAF, para acompanhar o fechamento do Plano Safra. Na continuidade da Sessão, o Conselheiro Carlos Eduardo de Souza Leite se manifestou, em nome das CP 1/3, apresentou preocupação sobre os rumos que a CONAB pode tomar a partir de mudanças na sua presidência. E para que sejam garantidos os rumos das políticas que a CONAB vem tratando e seja fortalecido o campo da Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil, propôs ao CONSEA construir um mecanismo, que possa chegar à Presidência da República, demonstrando a preocupação do CONSEA sobre o assunto. O Conselheiro Francisco Antonio da Fonseca Menezes apoiou a fala do Conselheiro Carlos Eduardo e solicitou aos presentes uma postura de vigilância em relação ao que vai acontecer daqui para frente naquela Companhia. Encaminhamento: A Plenária decidiu enviar manifestação ao já então nomeado Presidente da CONAB, com cópia para a Assessoria do Presidente da República e Ministro da Agricultura, demonstrando as preocupações apresentadas pelos Conselheiros. O seguinte Ponto de pauta a ser tratado foi o 6. 16h30 - Continuação dos Informes da Presidência, da Mesa Diretiva, das Comissões Permanentes e dos Grupos de Trabalho do CONSEA. 1) Comissão Permanente 1 - Regulamentação e Institucionalização do Sisan / Comissão Permanente 3 - Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar Nutricional - Sílvia do Amaral Rigon convidou o CONDRAF para participar do Grupo de Trabalho Biodiversidade. Informou que nos dias 19 a 21 de julho deste ano seja realizado um seminário sobre biodiversidade, quando será feita uma discussão sobre Tratado da FAO sobre Recursos Fitogenéticos e Alimentação. A Conselheira Elza Maria Franco Braga solicitou ao CONSEA aprovação do Termo de Parceria da ASA (Programa 1 Milhão de Cisternas e Cisternas nas Escolas), que altera o volume de recursos, assinado por Renato Maluf, *Ad referendum* da Plenária. O Termo foi aprovado pela Plenária. A Conselheira Marília Mendonça Leão apresentou uma proposta de Resolução do CONSEA para criação de uma Comissão responsável por elaborar o relatório sobre a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. A proposta é fazer um relatório com base nos trabalhos já feitos pelo GT Monitoramento e construir uma matriz de indicadores. Informou que em agosto será apresentado um primeiro esboço do Documento, em um seminário ampliado; em outubro, o Documento será publicado, comemorando a Semana Mundial de Alimentação. Esse Documento também servirá de base para um futuro sistema de monitoramento do Direito Humano à Alimentação no contexto do Sisan. A Resolução de criação do GT foi aprovada. 2) Comissão Permanente 5 - SAN das



Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais - Ana Lúcia Pereira informou que será realizado o Terceiro Seminário de Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais, nos dias 27 a 29 de julho de 2010, em Brasília. Solicitou apoio de alguns órgãos que compõem o CONSEA. O objetivo do Seminário é discutir o Sistema e a Política de SAN, tendo em vista a IV Conferência e as ações do Estado voltadas para as populações negras e povos e comunidades tradicionais. 3) Comissão do Presidentes de Conseas Estaduais - Iramar Cardoso da Silva informou a cerca de um documento, discutido na Comissão, demonstrando preocupação em relação às dificuldades encontradas por alguns Presidentes de CONSEAs Estaduais da sua participação nas reuniões da Comissão. A Comissão entendeu que isso acontece por falta de regulamentação da própria Comissão e pelo fato de ela ser uma Comissão distinta das demais Comissões do CONSEA. O Documento orienta o funcionamento da Comissão de Presidentes. Na reunião do dia 26 deste mês foi aprovada, pela Comissão de Presidentes, uma proposta de Resolução do CONSEA Nacional que trata do assunto. O Conselheiro solicitou debater o tema em momento oportuno. Encaminhamentos: O assunto será levado à Mesa Diretiva para ser tratado na próxima Plenária do CONSEA. Renato Maluf informou que dia 29 de abril de 2010 vários Conselheiros participarão do debate sobre o Bolsa Família, e que nesse mesmo dia haverá a primeira reunião do GT que trata da IV Conferência, e ainda que está em funcionamento o GT que trata da Emenda Constitucional 64/2010. 7. 18h - Encerramento: Sem mais assunto a ser tratado, Renato Maluf deu por encerrada esta reunião e agradeceu a presença de todos.

Renato Maluf
Presidente

Patrus Ananias
Secretário



LISTA DE PRESENÇA DA XVI REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSEA NACIONAL
28 de abril de 2010

SOCIEDADE CIVIL

Ademar Bertucci
Ana Lúcia Pereira
Antônio Ricardo Domingos da Costa
Edno Honorato de Brito
Elza Maria Franco Braga
Francisco Antonio da Fonseca Menezes
Gleyse Maria Couto Peiter
José Ribamar Araújo e Silva
Kátia Regina de Abreu
Maria do Socorro Teixeira Lima
Marília Mendonça Leão
Pedro Makumbundu Kitoko
Regina da Silva Miranda
Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira
Renato Sérgio Jamil Maluf
Sílvia do Amaral do Rigon
Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade
Valéria P. Pereira
Virgínia Lunalva Miranda de Sousa Almeida
Maxcar J. C. Silva
Maria de Nazaré Correia

SUPLÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL

Carla Bencke
Delzi Maria de Araujo Castro
Dulce Terezinha Oliveira da Cunha
Edécio Vigna
Eduardo Amaral Borges
Elisabetta Recine
Elisângela dos Santos Araújo
Hélio Braga de Freitas
Jasseir Alves Fernandes
Nelito Nonato Dornelas
Núbia Cristina Santana de Souza
Sonia Maria Alves da Costa
João Cruz
Werner Fuchs

REPRESENTANTES DOS MINISTROS



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



Ministério da Educação – Eliene F. de Sousa
Ministério da Fazenda – Aloísio Lopes Pereira de Melo
Ministério da Saúde – Ana Luiza Oliveira Champloni
Secretaria Geral – Presidência da República – Antônio Roberto Lambertucci
Ministério do Meio Ambiente – Egon Krakhecke
Casa Civil/SAM – Isabel Costa
Ministério das Relações Exteriores – (...)
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Ronaldo Jorge Rodrigues
Ministério da Pesca – Roseli Bueno de Andrade
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Wagner Gonçalves Rossi
Roosevelt Tomé
Roberto Ribeiro
Elaine M. Pasquim

CONVIDADOS

Andréa Arruda Escorel
Antonio Leopoldo Nogueira
Danielle Cancela Cronemberg
Dorotea Blos
João Cruz
Kathleen S. Oliveira
Letícia Schwarz
Luana Lazzeri Arantes
Marcelo Botton Piccin[
Márcio Ponatural
Mariana Helcias Cortes
Mariana Santarelli
Rocilda Moreira
Viviane Coelho Lourenço
Onaur Ruano
Adriana (...)
Edmar G. Gadelha
Emanuel B. Oliveira
WilmaLuiza Santana
Iramar C. Silva
Renato Marto Roll
Marco Aurélio Loureiro
Ana Carolina Calado S. Barbosa
(...)
Patrícia Chaves
(...) Moreira Araújo

CONSELHEIROS DO CONDRAF

Antônio Lucas Filho



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



Atanagildo de Deus Matos
Christiane
Francisco Canindé de França
Jean Marc Von Der Weid
João Carlos Sampaio Torrens
Marcilene Preisler
Maria Márcia dos Santos Leporace
Marta Ramos
Mônica Vasconcelos
Oriel Rodrigues
Paulo Guilherme Francisco Cabral
Priscila Araújo
Rigério Coser
Sebastião Miguel da Cruz
Valter de Carvalho
Deny Sanábio
Egon Krakhecke
Ana Luiza O. (...)
Ricardo França
Solange M. P. Leite